



PROJETAR 2003

I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA
NATAL DE 07 A 10 DE OUTUBRO, RN/BRASIL. PPGAU-UFRN

ESPECIFICIDADES E INTERFACES NO ENSINO DE PROJETO: A EXPERIÊNCIA DO ATELIER INTEGRADO NO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA DA UFRN

**TINOCO, Marcelo (1); TEIXEIRA, Rubenilson Brazão (2); BORGES, Amadja (3);
MORAES, Maria Cristina (4); BENTES, Dulce (4); COSTA, Fernando (5)**

(1) Arquiteto Urbanista, Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. PPGAU/UFRN - E-mail: mtinoco@ufrnet.br

(2) Arquiteto Urbanista, Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. PPGAU/UFRN - E-mail: teixeira@ufrnet.br

(3) Arquiteta Urbanista, Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. PPGAU/UFRN - E-mail: amadja@uol.com.br

(4) Arquiteta Urbanista, Mestranda em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. PPGAU/UFRN
E-mail: tinamorais@bol.com.br

(5) Arquiteto Urbanista, Prof. Msc. em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. PPGAU/UFRN
E-mail: fcosta@ufrnet.br

Contato: Rua Paulo Pinto de Abreu, 266. Lagoa Nova. Natal /RN. 59064-360.
Tel: (84) 231 08 24. Cel. 94032710

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a experiência de ensino de projeto arquitetônico urbano e rural no Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no âmbito da disciplina Atelier Integrado de Arquitetura e Urbanismo, e suas interfaces com os Trabalhos Final de Graduação e Projetos de Extensão Universitária. Como produto da disciplina são desenvolvidos projetos de intervenção completos, abrangendo desde o desenho urbano ou rural até o projeto detalhado de arquitetura dos edifícios, traçado viário, mobiliário urbano, paisagismo e programação visual. A Disciplina Atelier Integrado tem se estruturado segundo três eixos básicos: a) O Projeto da Habitação, sobretudo aquela destinada às populações de baixa renda assentadas em favelas ou em áreas consolidadas, caracterizadas como bolsões de pobreza; b) Intervenções em Frações Urbanas, tais como a Orla Marítima, Sítios Históricos e Áreas Centrais; c) Habitats Rurais, através do estudo das tipologias dos habitats rurais dos projetos de reforma agrária e necessidades específicas dos assentamentos do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra / MST.

Palavras-chave

Ensino de Projeto; Metodologia do Projeto; Interfaces do Projeto

ABSTRACT

The present paper aims at reflecting upon the teaching experience in architectural design for urban and rural areas at the Department of Architecture of Rio Grande do Norte's Federal University. This experience, developed within the subject named Integrated Workshop of Architecture and Urbanism, keeps a close relation with the architectural course's final academic work leading to a diploma in architecture and urbanism as well as with community outreach projects. As a result, complete intervention projects are developed, from urban or rural design to detailed architectural projects of buildings, street network, urban furniture, landscaping and urban signage. The subject Integrated Workshop has been organised along three basic axes: a) housing design, especially for low income people living either in slums or in low income areas of a more consolidated nature; b) intervention in specific parts of the urban fabric, such as the city seafront and coastal zones, historical sites and central areas; c) rural habitats, through the study of rural community projects for agrarian reform, especially for rural settlements of the Landless Workers Movement – MST.

Key words

The teaching of architectural design; design methodology; project interface

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de ensino de projeto no Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no âmbito da disciplina Atelier Integrado de Arquitetura e Urbanismo e suas interfaces com os Trabalhos Final de Graduação e Projetos de Extensão Universitária.

A referida disciplina apresenta como objetivos principais desenvolver propostas de intervenção no espaço que envolvam a dimensão arquitetônica e urbanística do objeto estudado, e que reflitam as demandas concretas da sociedade, seja no plano da ação comunitária, institucional ou sindical. Constitui-se, em última análise, um trabalho de assessoria técnica que possibilita uma maior aproximação entre a atividade acadêmica e a atividade social.

Como produto da disciplina são desenvolvidos projetos de intervenção completos, abrangendo desde o desenho urbano até o projeto detalhado de arquitetura dos edifícios, traçado viário, mobiliário urbano, paisagismo e programação visual.

A Disciplina Atelier Integrado tem se estruturado segundo três eixos básicos: a) O Projeto da Habitação, sobretudo aquela destinada às populações de baixa renda assentadas em favelas ou em áreas consolidadas, caracterizadas como bolsões de pobreza; b) Intervenções em Frações Urbanas, tais como a Orla Marítima; c) Habitat Rural, através do estudo das tipologias dos habitats rurais dos projetos de reforma agrária e necessidades específicas dos assentamentos do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra / MST.

METODOLOGIA DE ENSINO DO PROJETO

A disciplina situa o projeto como elemento estruturador das transformações urbanas e sociais, referenciado na construção de uma base teórico-metodológica que vem sendo aplicada e testada nas pesquisas desenvolvidas no campo do Planejamento e Projeto Urbano e Regional, no âmbito do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Inicialmente, partimos da noção central de que a cidade é o espaço do exercício pleno da cidadania. Nessa perspectiva, as Políticas Públicas e seus instrumentos de aplicação (Planos,

Programas, Projetos e Normas) são instrumentos relevantes para o processo de efetivação e ampliação dos direitos da pessoa humana, aqui particularizados pelos Direitos Urbanos e pelo Direito ao Meio Ambiente¹.

Tal visão se apóia na vertente que estabelece o elo entre as políticas públicas e os direitos humanos, com destaque para os trabalhos de BUCCI(2001), SAULE JR(1997), TRINDADE(1993).

Buscando gerar intervenções urbanísticas capazes de concretizar os referidos Direitos, adotamos métodos de análise e proposição que relacionam gestão, práticas de governo e binômio público x privado. Dessa forma, considerando o desenho da cidade como um tema estritamente ligado ao âmbito público, buscamos inserir o projeto no conjunto de variáveis específicas que relacionam o sistema de planejamento urbano com o sistema de governo, situando o projeto no processo de produção dos espaços da cidade, segundo a relação entre *Projeto* (forma), *Regulação* (Norma) e *Gestão* (negociação).

O PROJETO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E NEGOCIAÇÃO

Em processos de negociação por disputas de território, a intercambialidade de problemas constitui-se fator inevitável ao mesmo tempo que desejável, por envolver diversos atores em um jogo cujos resultados podem se dar a partir de ocupações conflitivas ou cooperativas, segundo o estabelecimento de regras de uso e ocupação do solo.

No âmbito da arquitetura e do urbanismo, uma negociação que envolve disputa territorial, deve estar amparada na linguagem do desenho do território, e portanto, respaldada pelo projeto, como elemento pedagógico e político nos processos de negociação.

Trata-se de compor com tipos diferenciados em conjuntos urbanos consolidados e caracterizados pela existência de padrões compositivos distintos, representados, por exemplo, de um lado pela ocupação turística ou do capital imobiliário e de outro, pela presença da arquitetura popular de interesse social.

Nesse contexto, o papel do projeto em processos de negociação entre os atores, é peça de grande importância para o planejamento público, na medida em que através dele, é possível obter os registros gráficos das operações propostas para planos de ação durante todas as suas fases de elaboração.

Através da concretização dos acordos em desenhos e imagens, é possível fornecer e ampliar os elementos lingüísticos necessários aos processos de negociação, espacializando-os, como a possibilidade de antever uma arquitetura possível para a área e para os empreendimentos negociados conjuntamente.

O PROJETO: A DIALÉTICA ENTRE A FORMA E A NORMA

A adoção do conceito de Arquitetura Urbana como aquela arquitetura que se manifesta em contínuos construídos compostos por padrões morfológicos e tipológicos distintos, impõe o tema da composição como primordial nas soluções de desenho e qualidade do ambiente urbano.

A origem da noção de contextualismo no projeto vincula-se às novas metodologias de análise do ambiente urbano surgidas como pré-condição para a elaboração de propostas de

¹ BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um Conceito e Políticas Públicas para a Concretização dos Direitos Humanos. In: Direitos Humanos e Políticas Públicas. São Paulo: Polis, 2001.

intervenção sobre a cidade, sobretudo as metodologias propostas pela escola italiana, a partir da década de 60².

A retomada da análise urbana nos anos 60 e 70, procuraria demonstrar a lógica do sistema urbano como um complexo de formas estruturais sucessivas correspondendo o seu funcionamento a épocas específicas. Ao mesmo tempo, além da apreensão do significado da cidade e seus elementos, a análise urbana determinaria, em última instância, as condições para concepção e elaboração do projeto arquitetônico.

A decomposição e leitura da cidade em elementos analíticos, como o lote e sua relação com o quarteirão, bem como o estudo dos tipos de edificação e o conjunto de funções urbanas por eles abrigadas em uma lógica de formação da quadra e do tecido, permitiriam a elaboração de novos enunciados, bem como a elaboração de projetos baseados na inserção de edifícios em quadras existentes, como novas possibilidades criadas por essa nova prática urbana.

O estudo das frações urbanas, a partir do estabelecimento de dois níveis, os tipos construídos e a forma urbana, permitiu superar a noção de edifício considerado como um objeto isolado, e a concepção da tipologia baseada no reconhecimento de arquétipos, para submeter-se a uma análise concreta do tecido.

Nesse contexto, a tipologia passa a ser entendida como instrumento, e não como categoria, destacando a relação dialética, e não causal, entre a tipologia dos edifícios e a forma urbana.

Vários autores abordariam a partir de então a tipologia como instrumento de projeto. Nesse contexto, ROSSI (1966) constrói seu enunciado destacando a função residencial, formada por tipos habitacionais que estabelecem o pano de fundo no qual sobressaem as tipologias arquitetônicas dos equipamentos e monumentos. Dessa forma, Rossi proclama a autonomia do desenho arquitetônico, encontrando no sítio, no locus, a ligação do objeto ao território, ao mesmo tempo em que retoma a teoria da permanência, dos monumentos, das escalas de leitura do espaço urbano, bem como retoma as relações compositivas entre os edifícios e a cidade, próprias do pensamento dos tratadistas do século XVIII.

Ao formular a tese de que a tipologia é a base essencial do projeto e a forma se destaca sobre a organização funcional, Rossi propunha uma teoria do projeto arquitetônico na qual elementos derivados da história da arquitetura são pré-estabelecidos e definidos formalmente. Dessa forma, o significado da arquitetura não é definido pelas partes de um edifício, mas reside na operação, no uso, e no caráter do conjunto. As partes que são sempre as mesmas, adquirem novos significados cada vez que são recombinadas.

A relação entre os edifícios como partes de um todo, a cidade, transformaria o conceito de composição sobre o urbano. Nesse sentido, MAHFUZ (1995) conceitua o Todo arquitetônico como um fenômeno composto por partes e elementos heterogêneos, unificado por um Princípio Estruturante. Uma mudança em uma das Partes principais é equivalente a uma alteração no Todo. O Princípio Estruturador determina as relações entre as partes, e a maneira em que o todo se relaciona com seu contexto³.

² Saverio Muratori (1959) realiza o estudo do tecido urbano da cidade de Veneza baseado no método tipológico, onde o tipo é definido como aquele elemento que não se caracteriza à margem de sua aplicação concreta, ou seja, a margem de um tecido construído. Por sua vez, o tecido urbano não se caracteriza à margem do seu marco, ou seja, a margem do estudo do conjunto da estrutura urbana. E finalmente, o estudo de uma estrutura urbana somente se concebe em sua dimensão histórica, já que sua realidade se baseia no tempo mediante uma sucessão de reações e de crescimentos a partir de uma situação anterior. (PANERAI, Philippe, e outros. "Elements de Analisis Urbano". Colección Nuevo Urbanismo. V. 42. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983.

³ O processo de composição na arquitetura que evolui do todo para as partes, segundo MAHFUZ (1995), é parte importante da interpretação tradicional das teorias arquitetônicas do Renascimento, de acordo com as quais as partes de um edifício

A Composição arquitetônica passa a ter na Parte o papel da unidade de produção fundamental para a expressão articulada do Todo. A noção de Parte mantém suas características espaciais referenciadas na tradição ao mesmo tempo em que adquire um papel estrutural, construtivo e compositivo.

A definição de Parte, finalmente, está intimamente ligada à questão da escala, uma vez que um objeto arquitetônico participa de muitas situações ao mesmo tempo, estando a sua estrutura composta por vários níveis formais. Cada um desses níveis compreende um número de partes e está diretamente relacionado a uma ou mais situações nas quais o objeto está envolvido.

Nesse sentido, é o contexto para o qual nosso interesse está dirigido que determina o que consideramos como parte, bem como é o tipo de fenômeno arquitetônico que desejamos investigar que define a maneira na qual se estabelecem as partes.

A noção de tipo é utilizada, portanto, em vários níveis de leitura do espaço urbano, em que o tecido urbano é entendido como um todo no qual os edifícios constituem-se apenas elementos. O estudo destes níveis permite apreciar um primeiro aspecto das relações entre os tipos construídos e a forma urbana. Os tipos que se derivam dessa análise referem-se à arquitetura comum que compõe a maior parte do tecido.

Assim, a análise morfológica incorpora o edifício e sua relação com o lote, a parcela, como a parte irredutível do tecido urbano, gerando um tipo predominante de ocupação por extensão e uma série infundável de combinações e composições que formarão o conjunto urbano em diversos níveis de escala.

Nesse contexto, temos utilizado o recurso do *PLANO DE MASSAS* como um dos instrumentos de projeto a serem explorados nos processos de negociação entre os atores convocados para a sua execução.

Através do *PLANO DE MASSAS* é possível gerar um Plano Diretor de Diretrizes para a área, e portanto, uma base legislativa como expressão pura do desenho daquele espaço devidamente negociado. Esse procedimento, anterior à consolidação física do espaço construído, permite-nos testar as variáveis do Plano, oferecendo uma configuração volumétrica da ocupação negociada, baseada em diversos cenários processados durante as fases de planejamento.

Portanto, o objetivo está na espacialização da negociação, através da realização do *PLANO DE MASSAS*, que expresse uma configuração possível, fruto do processo de disputa, a partir da qual seja possível o desenvolvimento de projetos específicos e que atendam aos interesses, mesmo que parcialmente, dos atores envolvidos.

O *PLANO DE MASSAS*, nas propostas de redesenho de trechos urbanos, além de definir os aspectos de projetos arquitetônicos acima abordados, torna-se um poderoso instrumento arregimentador de parceiros, de indagação, negociação e convencimento, enfim, de possibilidades de ser da cidade.

Finalmente, da mesma forma que a intercambialidade de problemas, a disputa territorial se dá horizontalmente, entre atores estabelecidos fisicamente lado a lado, e portanto, em um espaço geográfico sub-dividido em porções integrantes de um mesmo conjunto urbano. A força interna da cada porção (porção do mercado), caracteriza-se como uma força endógena, a partir da qual os acordos podem tornar-se possíveis, e conseqüentemente, a forma negociada de

deveriam ser subordinadas a um aspecto principal, devendo amoldar-se ou adaptar-se a ele. (MAFUHZ, Edson da Cunha. "Ensaio sobre a Razão Compositiva". Viçosa, MG: UFV. Imp. Univ.; Belo Horizonte: AP Cultural, 1995)

ocupação do espaço local vira lei, transforma-se em norma, alterando ou reformando a norma existente.

EIXO 1 – Habitação

Nas áreas da cidade ocupadas por população de baixa renda, em geral, encontramos uma situação em que o crescimento horizontal já atingiu um estado de saturação considerável, aliado ao fato da disputa territorial contribuir para a necessidade de se buscar novas formas de assentamento da população, em função das transformações do espaço processadas ao longo do tempo.

A ocupação da orla marítima de Natal, por exemplo, traz hoje uma configuração híbrida, onde as transformações das tipologias das edificações de bairros residenciais, constituem o interesse maior, na medida em que revelam caminhos para a proposição de formas de intervenção do poder público na preparação de novas regras urbanísticas e projetos que orientem o desenvolvimento dessas áreas da cidade, notadamente aqueles ligados ao problema habitacional.

A incorporação dessa discussão ao ensino do projeto de arquitetura na Universidade tem colocado como um dos desafios a serem vencidos, a oferta de alternativas de projetos habitacionais para o conjunto da cidade como um todo, bem como para situações específicas na zona rural.

Dessa forma, através da disciplina Ateliê Integrado, ministrada no 9º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, bem como através da orientação de Trabalhos Final de Graduação e Projetos de Extensão, temos procurado fomentar a realização de propostas de desenho de frações urbanas e do habitat rural, inseridas nesse contexto, no intuito de construir, através do desenho da habitação, alternativas para que o Poder Público amplie a participação do cidadão nos processos de transformação do habitat.

Para cada problema constatado, são propostas novas tipologias habitacionais, dando início a investigação sobre alternativas do projeto de habitação social em contextos específicos, seja de disputa pela localização em áreas urbanas, do avanço do capital turístico sobre as áreas residenciais, bem como para novos assentamentos no meio rural.

Os exemplos tratados no âmbito do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, têm permitido construir um quadro de referências e reflexão crítica, com respeito às alternativas de tipologias habitacionais para a cidade como um todo.

No caso da Rua do Motor⁵, no bairro da Praia do Meio, a proposta da construção de um binário com Rua 25 de Dezembro definia um traçado viário que para ser executado previa a desapropriação de uma centena de famílias, que, mediante indenização, provavelmente veriam-se obrigadas a procurar outro local de moradia, uma vez que o traçado proposto pela Prefeitura não permitiria a sua relocação no mesmo local, ou nas proximidades. Recomendou-se a alteração do traçado do binário, juntamente com a proposta de redesenho de toda a quadra, e portanto, o redesenho e a verticalização das tipologias habitacionais como solução, na medida em que, além de manter todas as famílias no local de moradia, obter-se-ia a liberação de áreas para uso público e coletivo.

O desenho resultante tentou aproximar-se da riqueza tipológica presente na diversidade de soluções das moradias típicas do entorno, prevendo, em alguns casos no pavimento térreo, espaços destinados ao comércio, como fator de geração de renda para a comunidade e demais parceiros interessados na operação. (Figura 01)

⁵ SILVA, Heitor de Andrade, “Arquitetura e Diversidade. O projeto de Habitação Social num Exercício de Cidadania. O caso da Rua do Motor”. Trabalho Final de Graduação, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. UFRN, 1999

Dessa forma, a tipologia básica resultou em uma lâmina originada a partir da junção e articulação de vários blocos, com um desenho referenciado ao contexto, apresentando citações às tipologias do entorno através de empenas com superfícies coloridas que se destacam da fachada dos edifícios de quatro pavimentos, sem elevador.

A comunidade de Brasília Teimosa e a Favela do Vietnã, integrantes do bolsão residencial de baixa renda dos bairros de Santos Reis e Rocas, tiveram um destaque especial nessa discussão. Trata-se do exemplo mais crítico do ponto de vista da eminência da substituição da população, primeiro pela posição que ocupa às margens do corredor turístico, e segundo, pela total ausência de propostas de urbanização por parte do poder público.

Nesse sentido, foi proposta para a área lindeira ao corredor turístico o redesenho das quadras residenciais, através da adoção de tipologias habitacionais verticalizadas, implantadas segundo um partido urbanístico que previa a inclusão de equipamentos comerciais a serem negociados com a iniciativa privada, bem como a construção de equipamentos comunitários para oferecer produtos artesanais e turísticos a serem incorporados às atividades estabelecidas ao longo do corredor turístico⁶.

Além do redesenho das quadras lindeiras ao corredor, a identificação de áreas degradadas no interior da Favela do Vietnã, foram integradas ao projeto, através da remoção das famílias para os blocos verticalizados, resultando dessa forma, algumas áreas para a construção de espaços públicos e de uso comunitário. (Figura 02)

No contexto de apontar alternativas para a inclusão da população de baixa renda nos programas de desenvolvimento urbano da cidade, a Urbanização do Riacho das Quintas, na Favela do Novo Horizonte, dentre outros projetos para a Zona Oeste de Natal, constitui outra rica experiência no âmbito da Disciplina do Ateliê Integrado.

Apresentando-se como um problema para a população local, tanto pela poluição das águas utilizadas pelas lavadeiras da comunidade, como pela falta de tratamento urbanístico de suas margens, o projeto apresentado propôs o redesenho das quadras situadas às margens do riacho, valorizando os espaços de uso comunitário através da criação de áreas de convívio e permanência, dotadas de equipamentos para o desenvolvimento comunitário, além da redefinição das tipologias habitacionais de todo o perímetro selecionado para a intervenção⁷. (Fig. 03)

As experiências acima relatadas, constituem-se seguramente, um acervo técnico capaz de instrumentalizar o poder público e a população moradora local em processos reivindicatórios e de negociação com os demais atores, trazendo para o ateliê a necessidade de apresentar soluções de projeto adequadas a cada especificidade trabalhada.

EIXO II - Intervenção Urbanística na Orla Marítima

No período 2001.2, foi desenvolvido no âmbito da disciplina Atelier Integrado, estudos e propostas relativos ao Reordenamento Urbanístico das Orlas de Cotovelo e Pirangi do Norte.

Essa atividade ocorreu de forma articulada ao Projeto de Extensão, que tinha como objeto o Reordenamento Urbanístico de quatro trechos das citadas Orlas. Tal Projeto teve origem na

⁶ NEVES, Márcia. Trabalho Final de Graduação, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. UFRN, 2001

⁷ NETO, Vicente Correia Lima; SENA, Sâmara Albuquerque de; SOARES, Andréa de Melo; "Viver em Novo Horizonte". Trabalho apresentado na Disciplina Ateliê Integrado em Arquitetura e Urbanismo. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2001.

solicitação feita pelo *Grupo Temático Ordenamento dos Equipamentos da Orla Marítima do Pólo de Turismo Costa das Dunas*⁸, à UFRN.

No âmbito dessa experiência, buscou-se relacionar os conteúdos específicos das Teorias do Projeto Arquitetônico, do Projeto Urbanístico e do Planejamento Urbano e Territorial. Isso significa dizer que as decisões pertinentes ao projeto arquitetônico dos equipamentos propostos foram amplamente referenciadas nas análises dos processos urbanos. Da mesma forma, as soluções definidas no âmbito do projeto urbanístico, estiveram correlacionadas e condicionadas às especificidades do projeto das edificações. Assim, buscou-se o exercício da interdisciplinaridade e a reflexão sobre especificidades e interfaces do Projeto.

Nessa mesma perspectiva, teve sequência o desenvolvimento de Projetos de Intervenção Arquitetônica e Urbanística no âmbito da disciplina Atelier Integrado, com a elaboração de projetos nas orlas de Búzios e Tabatinga. (Figuras 04 e 05).

Ressalte-se que todas as experiências de Ensino do Atelier Integrado, quando referidas ao tema da urbanização da orla marítima, foram baseadas na experiência metodológica dos Projetos de Intervenção elaborados pelo Grupo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo – GEAU /UFRN⁹, como Projeto de Extensão Universitária, entre 2001 e 2002, ou seja: a) Reordenamento Urbanístico das Orlas de Cotovelo e Pirangi (Município de Parnamirim); b) Plano de Intervenção Urbanística para a Orla de Barra de Maxaranguape (Município de Maxaranguape); c) Plano de Intervenção Urbanística para a Orla de Barra do Cunhaú (Município de Canguaretama).

EIXO III – Habitat Rural

A partir da Constituição de 1988 e do crescimento da organização dos trabalhadores rurais sem terra, o tratamento da moradia de interesse social, ultrapassa os limites do meio urbano, do ponto de vista do desenho para assentamentos adequados a essa nova realidade. Assim sendo, a atuação em assentamentos construídos para famílias que se abrigarão nas mesmas terras que as sustentarão, ou os Projetos chamados de Reforma Agrária – Pas, remete à compreensão de outros elementos na análise do meio rural, adaptando e complementando de conceitos da arquitetura, predominantemente urbana. São mais de 1 milhão de pessoas no Brasil vivendo em assentamentos humanos que concentram, predominantemente, centenas de famílias e que precisam, portanto, do profissional arquiteto, no desenho de seus habitats¹⁰.

Considerando suas diversas representações e conceituações, como as de Léfèbvre e Mendras, o *habitat* do MST contempla, segundo BORGES,

“os locais de moradia – nos lotes de trabalho ou de moradia nas agrovilas - as próprias moradas ou habitações, equipamentos e serviços inerentes a um determinado assentamento humano. Ele faz parte do meio ambiente, sendo mais abrangente que o espaço construído da casa. Compreende, portanto, o conjunto de lotes de trabalho, áreas habitáveis, equipamentos de uso coletivo e serviços. Num assentamento pode haver um ou mais habitats, definidos pela concentração ou dispersão do conjunto de

⁸ Ação Estruturante do Banco do Nordeste. Conselho que reúne instituições (Ex: Gerência Regional do Patrimônio da União; IDEMA, Universidades, Prefeituras, SETUR, SEBRAE, entre outros.

⁹ Coordenado por professores integrantes da referida disciplina.

¹⁰ Em 1996, foram recenseadas 199.218 famílias no Brasil vivendo em 1460 Pas. V. BORGES, 2002, p. 56.

suas moradias: quando têm mais de um núcleo de moradia, ou de habitats construídos, ou agrovilas, estas, juntamente com as terras cultiváveis e de preservação constituem os seus habitats”¹¹.

Via de regra, a configuração espacial desses assentamentos tem sido definida por outros profissionais. No RN, no entanto, a parceria dos professores de arquitetura e urbanismo com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e, em alguns momentos com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária -INCRA-RN – tem caminhado na direção da formulação de metodologia de projetos específicos para esta forma de habitat, que inclui, desde o zoneamento espacial onde se situa, o assentamento, as especificidades de seus locais de trabalho, moradia, convívio e serviços, até o detalhamento de suas edificações.

O zoneamento parte da definição do uso da terra, elaborada preliminarmente por agrônomos do INCRA, com classificação de áreas mais ou menos adequadas à agricultura, à pecuária ou à mineração, assim como pela legislação ambiental e o desenho de áreas de preservação ambiental e de reserva legal.

A tipologia do habitat, concentrada, dispersa ou mista, é definida pelas famílias que irão habitar no local, a partir do acumulado metodológico da organização a qual pertencem, no caso o MST; das exigências institucionais, como do INCRA e da CEF e das análises e propostas dos arquitetos envolvidos com o estudo específico deste habitat. No RN, predominam os habitats concentrados e, entre as primeiras experiências desenvolvidas e as atuais, foram incorporadas ao seu desenho, os núcleos de base da organização do Movimento, através da concentração dos lotes de moradia e alguns serviços em núcleos de moradia que se encontram no local comum, destinado ao lazer, os serviços comunitários e ao trabalho complementar à agricultura e à pecuária. Foram também desenvolvidas, em parcerias com outros profissionais, soluções alternativas para acesso à infra-estrutura, como captação de água, esgotamento sanitário, mobiliário rural, material para logradouros, entre outros.

Quanto aos processos construtivos das moradias e demais edificações, têm sido desenvolvidas técnicas alternativas que vão desde a orientação e acompanhamento da sua gestão, até ao desenvolvimento de experiências com materiais, tais como o solo-cimento, a taipa e a própria alvenaria-padrão, dependendo das condições locais e das necessidades de seus moradores.

Entre as principais experiências desenvolvidas pelo DARQ, desde 1994, destacam-se as primeiras no Assentamento Zabelê, no Santa Teresinha, no Terra Trabalho e Liberdade, uma tese, filmes, um trabalho final de graduação, projetos arquitetônicos, como os do Centro de Formação em Ceará Mirim e da Sede do Movimento em João Câmara.

Através do Atelier Integrado de 2002.02 foi desenvolvido o projeto para o atual Acampamento Maria da Paz, em João Câmara, que será desenvolvido como experiência piloto de auto-gestão, com a assessoria do DARQ-CT, em parceria com o INCRA-RN e a CEF. Em 2003.01, o Atelier Integrado atua junto às 22 famílias acampadas próximas à Fazenda Gravatá, onde se localizará o Assentamento Zumbi dos Palmares. Têm sido também elaborados trabalhos finais de graduação, entre os quais o projeto do habitat para o atual Acampamento Lagoa do Sítio, de autoria da atual arquiteta Cândida Cerqueira, que continua colaborando com as atividades de pesquisa e extensão dos professores envolvidos com esta temática.

O desenvolvimento de tipologias, variáveis e indicadores específicos para projetos de assentamentos rurais adequados a uma reforma agrária, são tão necessários quanto o tratamento de áreas urbanas de interesse social. Os professores, pesquisadores e estudantes

¹¹ V. BORGES, 2002, p. 41.

envolvidos com essas experiências, buscam elaborar um quadro teórico-metodológico que possibilite a atuação de outros profissionais em projetos adequados a uma nova configuração espacial do País, que possui, além de suas metrópoles, cidades médias e pequenas, 331.364.010 ha de terras cadastradas pelo INCRA, como passíveis de reforma agrária e 2.604.122 famílias consideradas como de trabalhadores que querem terra para trabalhar e moradia para abrigar suas famílias.

Na definição do tipo de habitat de seu assentamento e de suas moradias, os assentados trazem sonhos que refletem sua história. Ela espelha relações sociais que expressam o conflito entre necessidades de mudanças e tradições culturais. Essas, algumas vezes, confrontam as experiências vividas com seus desejos de mudança, tanto no plano coletivo, como no individual. Os tipos encontrados nesses assentamentos refletem diferentes opções e a caracterização de cada um deles faz parte da existência daqueles que vivem nos espaços por eles definidos.

Cabe aos arquitetos envolvidos com projetos para esses grupos sociais estudar as suas especificidades. Além disso, tratando-se de um objeto que requer o conhecimento múltiplo, seu recorte disciplinar tem como foco principal o projeto e suas interfaces com o planejamento territorial, no campo de conhecimento da arquitetura - na análise do espaço construído, do planejamento participativo - e, com áreas afins, como a agronomia, a geografia humana e a sociologia, no que se refere aos movimentos sociais e a identidade dos grupos sociais envolvidos.

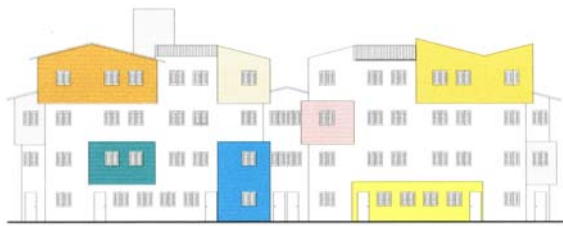


Fig. 01. SILVA, Heitor de Andrade, TFG/DARQ/UFRN, 1999



Fig. 02. NEVES, Márcia. TFG/DARQ. UFRN, 2001



Fig. 03. NETO, Vicente e outros. Atelier Integrado. DARQ/ 2001.



Fig. 04. VARELA, Erick e outros. Atelier Integrado. DARQ/ 2001



Fig. 05. PANTOJA e outros. Atelier Integrado. DARQ/ 2002



Fig. 06. Agrovila. Atelier Integrado. DARQ/ 2002



Fig.07. Projeto Arq. VII e Estudos Urbanos V. DARQ/ 1995

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência de projeto desenvolvido na disciplina Atelier Integrado, conclui-se que o desenho, quer seja da habitação ou dos equipamentos públicos, pode ser incorporado ao ensino de projeto, mediante o estabelecimento de uma visão integrada e integradora, onde as soluções propostas apresentam-se como resultado da interface entre os diversos campos disciplinares e complementares da arquitetura e do urbanismo que, em última análise, constituem a essência do ato de projetar. Ressalte-se que os caminhos metodológicos enunciados neste artigo refletem também o acumulado das discussões produzidas pelos professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN, ao longo de todo o processo de discussão e definição do seu projeto pedagógico e representam, no presente, o eixo que norteia as reflexões de tais professores no tocante ao Ensino de Projeto, dentro da articulação entre Graduação e a Pós-Graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGO, Ademar. **OMST e a cultura** (MST: Caderno de formação nº 34), 2ª ed. Veranópolis-RS,
- BORGES, Amaçja H. **MST: habitats em movimento**. Tese de doutorado. SP, FAU-USP. 2002.
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Buscando um Conceito e Políticas Públicas para a Concretização dos Direitos Humanos**. In: Direitos Humanos e Políticas Públicas. São Paulo: Polis, 2001.
- CONCRAB/MST. **O que levar em conta para a organização do assentamento**—a discussão no acampamento. CONCRAB, 2001, 36p.
- LÉFBVRE, Henri. **Du rural à l'urbain**. Paris, Anthropos, 1970. 287p.
- MAFUHZ, Edson da Cunha. **Ensaio sobre a Razão Compositiva**. Viçosa, MG: UFV. Imp. Univ.; Belo Horizonte: AP Cultural, 1995.
- MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. RJ, Zahar. 1978.
- MST. **Construindo o caminho**. SP, MST, julho de 2001, 248p.
- PANERAI, Philippe, e outros. **Elements de Analisis Urbano**. Colección Nuevo Urbanismo. V. 42. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983.
- ROSSI, Aldo. **La Arquitectura de la Ciudad**. Colección Punto e Línea. Gustavo Gili. Barcelona, 1966.
- TINOCO, Marcelo Bezerra de Melo. **Arquitetura em Conflito. O lugar do Projeto Urbano na ocupação da cidade: ocupação turística e ocupação de interesse social**. 2001. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Deptº de Arquitetura. **Plano de Reordenamento Urbanístico das Orlas de Cotovelo e Pirangi**. Natal, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Deptº de Arquitetura. **Plano de Intervenção Urbanística para a Orla de Barra de Maxaranguape.** Natal, 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Deptº de Arquitetura. **Plano de Intervenção Urbanística para a Orla de Barra do Cunhaú.** Natal, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Deptº de Arquitetura. **Plano de Intervenção Urbanística para a Orla de Genipabú.** Natal, 2002.